

Prefeito teme que Fundeb vire nova Lei Kandir

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, adverte para a possibilidade de que se repita na área da educação, com o Fundeb, a indefinição de recursos federais que afeta os estados exportadores. **Página 8**



Célio Azevedo

Na comissão, ACM (E) cumprimenta Suplicy, ao lado de Jefferson, Tourinho e Demostenes

Propostas dão mais recursos para estados e municípios

Duas propostas de emenda à Constituição que visam aumentar a arrecadação tributária dos estados e municípios foram aprovadas pela CCJ. A primeira permite aumento no FPM e no FPE e a segunda busca atenuar os efeitos governamentais que desoneram os tributos sobre os produtos exportados. **Página 7**

Caseiro depõe hoje na CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos marcou para as 11h de hoje o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que acusa o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de haver freqüentado a mansão supostamente utilizada para distribuição de dinheiro e realização de festas. Palocci nega. **Página 3**



José Cruz

Efraim (E), presidente da CPI, com Luiz Otávio, Garibaldi e Mozarildo Cavalcanti

Silêncio de Duda deixa CPI indignada

Os integrantes da CPI dos Correios protestaram ontem contra a postura de Duda Mendonça, que se recusou a responder às perguntas dos parlamentares. “Na outra vez em que estive aqui, vim de coração aberto e só me ferrei”, alegou o publicitário responsável pela campanha

de Lula em 2002. O relator Osmar Serraglio apontou diversas contradições levantadas pela comissão de inquérito em relação ao depoimento anterior de Duda. Sob a proteção de *habeas corpus* concedido pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal,

o publicitário repetiu inúmeras vezes o bordão “não vou responder”. Depois, já em Plenário, diversos senadores lamentaram o episódio e cobraram providências da CPI e do Congresso, por considerar que Duda extrapolou o direito de ficar calado para não se incriminar. **Página 4**



J. Freitas

Duda (sentado) manteve a atitude de não colaborar com as investigações da CPI

Debatedores apóiam projeto que amplia a licença-maternidade

O presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, o representante da OAB e o senador Flexa Ribeiro, diretor da CNI, anunciaram ontem apoio ao pro-

projeto de Patrícia Saboya que estimula as empresas a prorrogar de quatro para seis meses a concessão de licença-maternidade. **Página 2**



A atriz Maria Paula (D) participa da audiência na CDH, presidida por Cristovam Buarque (centro, ao lado de Patrícia Saboya)

José Cruz

Senadores e representantes da sociedade civil discutem proposta de incentivar licença de seis meses para mães



Patrícia Saboya, Dioclécio Campos Júnior, Joelson Dias e a atriz Maria Paula Suplicy

Licença-maternidade deve ser ampliada? CDH debate projeto

Com a presença da atriz Maria Paula, madrinha da Semana da Amamentação, e de outros representantes da sociedade civil, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizou ontem audiência pública para discutir o projeto (PLS 281/05) da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) que cria o programa Empresa Cidadã, permitindo às empresas a dedução integral do Imposto de Renda do valor da remuneração paga à empregada se prorrogar por 60 dias (de quatro para seis meses) sua licença-maternidade.

Patrícia Saboya prometeu fazer uma campanha pela responsabilidade social das empresas, a fim de viabilizar a aplicação do programa. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que é diretor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), comprometeu-se a marcar audiência com a entidade e lutar pelo apoio dos empresários.

O presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Dioclécio Campos Júnior, garantiu que a entidade apóia a proposição.

— Ela se fundamenta no direito da criança de construir um vínculo afetivo profundo e estável nos primeiros seis meses, quando crescem as estruturas do sistema nervoso central em velocidade que jamais será repetida — declarou ele.

Para o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Joelson Dias, o projeto faz parte da luta da entidade para aprimorar a proteção à criança.

Também participaram da audiência os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), relator da proposta, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Fátima Cleide (PT-RO). Depois de apreciado na comissão, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comparece hoje, às 16h, à cerimônia de posse do novo ministro do Supremo Tribunal Federal

(STF), Enrique Ricardo Lewandowski. Às 18h, Renan vai à posse dos quatro novos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST): Ho-

rácio Pires, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Alberto Bresciani e Rosa Maria Weber, nomeados pelo presidente Lula em fevereiro.

CRE decide sobre novos representantes brasileiros no exterior

Às 9h30, está prevista a sabatina, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de três indicados pela Presidência

da República para chefiar missões diplomáticas. Foram nomeados José Eduardo Martins Felício para a embaixada brasileira no Uruguai;

Mário Vilalva para o Chile; e Lauro Barbosa da Silva Moreira para representar o país na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Caseiro que denunciou Palocci vai à CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos ouve, às 11h, o caseiro Francenildo Santos Costa, que trabalhava na mansão alugada por Vladimir Poletto, assessor do ministro Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Em entre-

vista, o caseiro disse que viu Palocci pelo menos dez vezes na casa, que também era freqüentada por Rogério Buratti, outro ex-assessor. Afirmou ainda que viu altas somas de dinheiro em espécie na mansão.



Sete propostas trancam votações de hoje

Às 14h, os senadores participam da sessão plenária. A pauta continua trancada por sete textos: três medidas provisórias (MPs) e quatro projetos de conversão, originados de mudanças feitas pelos deputados em MPs. Entre as propostas está a criação de cargos nas agências reguladoras, a liberação de verbas para órgãos da administração pública e mudanças no Simples.

Educação para aprendizes na CAS

Entre os projetos em análise pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com reunião marcada para as 9h30, destacam-se o que busca assegurar aos aprendizes a conclusão do ensino médio ao determinar a redução da jornada de trabalho para impedir que os jovens tenham de abandonar os estudos (PLC 49/05), e proposições com novas regras para os planos de saúde (PLS 231/00 e PLS 75/02).



Destaques do Orçamento

Depois da votação do texto base do projeto de lei orçamentária de 2006, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) passa a discutir, em reunião prevista para as 10h, os destaques apresentados pelos parlamentares ao relatório do deputado Carlito Merss (PT-SC). Estão em análise mais de 3 mil destaques.

CPIs dos Correios e da Emigração

Na CPI dos Correios, a Sub-Relatoria de Contratos faz a oitiva de Roberto Kfourri, da companhia aérea Beta, às 11h, enquanto a Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção ouve, às 14h, autoridades de inteligência financeira do Chile. Às 11h, também está prevista reunião administrativa da CPI da Emigração Ilegal.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romeu Tuma e João Batista Motta

Comissão ouve hoje o caseiro da mansão do Lago Sul que afirmou ter visto Palocci freqüentar o local onde, segundo ele, era feita partilha de dinheiro



CPI dos Bingos aprova requerimento que pediu a convocação do caseiro Nildo para prestar depoimento na comissão. Cabe ao presidente Efraim Morais e ao relator, Garibaldi Alves Filho, decidir se a sessão será aberta ou fechada

CPI dos Bingos convoca caseiro que acusou Palocci

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos marcou para hoje, às 11h, o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o Nildo. Recentemente ele declarou que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, freqüentava uma mansão no Lago Sul, em Brasília, alugada por Vladimir Poletto – ex-assessor da prefeitura de Ribeirão Preto – para reuniões e festas, além de ser usada, segundo Nildo, “para partilha de dinheiro

que chegava em malas”. Nildo acrescentou que viu Antonio Palocci freqüentá-la, em 2003, entre “dez e 20 vezes”.

O requerimento que pediu a convocação de Nildo é de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e foi aprovado por 7 votos a 6. Ontem o caseiro concedeu entrevista coletiva à imprensa na qual ratificou as acusações. O presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), infor-

mou que caberá a ele e ao relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), decidir se a sessão que fará a oitiva de Nildo será aberta ou fechada ao público e à imprensa.

Paulo Okamoto

Por 8 votos contrários e 6 a favor, a CPI rejeitou a convocação do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto. Ele compare-

ceria à comissão para explicar o pagamento de uma fatura em nome da filha do presidente Lula, Lurian Cordeiro.

Na primeira vez que depôs na CPI, Okamoto garantiu que pagou do próprio bolso e em dinheiro uma dívida de Lula no valor de R\$ 29 mil. Logo em seguida, com o voto de Minerva do presidente da comissão, Efraim Morais, foi aprovado o requerimento do senador Antero Paes de Barros

(PSDB-MT) propondo realização de acareação entre Okamoto e Paulo de Tarso Venceslau, ex-membro do PT. Venceslau chegou a insinuar, em declarações à imprensa, que Okamoto praticava tráfico de influência em prefeituras petistas.

A CPI dos Bingos aprovou ainda a convocação do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. As datas dos depoimentos ainda serão marcadas.

Sibá diz que caseiro deveria ser ouvido antes pela PF

O senador Sibá Machado (PT-AC) discordou da convocação pela CPI dos Bingos, prevista para hoje, de Francenildo dos Santos Costa, o Nildo, caseiro da mansão alugada no Lago Sul por representantes da chamada “república de Ribeirão Preto”. Ele sugeriu que um grupo de senadores ou um delegado da Polícia Federal ouvissem o caseiro antes de seu depoimento à CPI, para avaliar a veracidade das denúncias. Nildo declarou que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, freqüentava a casa.

– Tomara que ele não tenha recebido nenhum tipo de incentivo para prestar essas informações. Essa pessoa pode estar simplesmente fantasiando para jogar mais lenha na fogueira – disse.

O presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais, afirmou que o comentário de Sibá “é uma acusação muito forte contra a comissão”.



Sibá sugeriu que um delegado ouvisse Nildo e avaliasse suas informações

Em resposta, Sibá Machado disse que em momento algum acusou qualquer senador de ter procurado o caseiro com o objetivo de comprar suas informações. Ele admitiu a importância da informação e reconheceu que o requerimento do senador Alvaro Dias foi aprovado democraticamente na CPI.

O senador advertiu, no entanto, para o risco de a comissão ficar enredada em denúncias de várias procedências, sem conseguir chegar a resultados consistentes.

– Isso levaria a sociedade a olhar seus integrantes como se eles estivessem utilizando a comissão como trampolim eleitoral – assinalou Sibá.

Efraim: CPI não condena nem prende ninguém

Efraim Morais defendeu a decisão da CPI dos Bingos – da qual é presidente – de convocar para depoimento Francenildo Santos Costa, o caseiro Nildo, que fez acusações contra o ministro da Fazenda. Ele ressaltou que “a CPI não condena nem prende ninguém, já que essa não é a sua função; quem faz isso é a Justiça”.

– Vamos entregar o relatório final da comissão ao Ministério Público, e cabe a este dar continuidade aos trabalhos – frisou ele.

O parlamentar também elogiou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que, “com muita transparência, defendeu a necessidade desse depoimento”. E ratificou a importância da convocação.

– A entrevista de Nildo ao jornal *O Estado de S. Paulo* contradiz totalmente as afirmações do ministro Antonio Palocci – disse Efraim.



Tuma quer, numa argüição, saber se Nildo falou ou não a verdade sobre Palocci

Tuma defende convocação “para apurar a verdade”

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a convocação pela CPI dos Bingos do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que desmentiu afirmações do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre seu relacionamento com a “república de Ribeirão”.

– Há um desmentido do ministro de que [o caseiro] faltou com a verdade. Há que se trazer essa pessoa para que possamos, numa argüição, saber se ele pode ou não ser pego na curva por ter

faltado com a verdade – justificou o senador.

Tuma elogiou também o presidente da CPI dos Bingos, Efraim Morais, pela forma como tem conduzido os trabalhos da comissão, colocando os requerimentos em votação e cumprindo as decisões do plenário.

Roubo de cargas

Tuma ainda criticou o veto parcial do presidente Lula ao Projeto de Lei da Câmara 141/05, de autoria do deputado Mário Negromonte (PL-BA), que propõe medidas contra o roubo e o furto de cargas e veículos.

– Temos que lutar para rejeitar esse veto do presidente e fazer com que realmente haja condições de as autoridades montarem esquemas de combate a esse tipo de crime – disse o senador, que foi presidente da CPI do Roubo de Cargas.

Dicionário em braille

Romeu Tuma parabenizou ainda a gráfica do Senado pela publicação do *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa* em braille. A obra, a primeira do gênero no Brasil, foi lançada na bienal do livro em São Paulo.

Segundo o presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral, o silêncio do publicitário “abre um precedente perigoso” que pode afetar outras comissões de inquérito



Apesar dos apelos e questionamentos de Serraglio (E), Delcídio e Bentes, Duda Mendonça (D) se limita a repetir: “Não vou responder”

Amparado por *habeas corpus*, Duda deixa CPI sem respostas

O publicitário Duda Mendonça, em seu segundo depoimento à CPI dos Correios, na manhã de ontem, negou-se a responder a qualquer questionamento. “Não vou responder a essa pergunta” foi a frase mais usada, sob a alegação de evitar dizer algo que viesse a incriminá-lo. Duda tomou essa atitude amparado em *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

No início do depoimento, o publicitário pediu desculpas pela postura que adotaria, que seria diferente, com adiantou, de sua atitude em agosto de 2005, quando compareceu sem ser convocado e, como garantiu, “disse a verdade”. Ele afirmou que, após ter sofrido o que chamou de uma campanha difamatória de sua imagem, seus advogados o teriam aconselhado a ficar calado desta vez para não prejudicar sua defesa.

Nem mesmo a acusação de “obstrução a investigação”, feita pelo relator-adjunto deputado Maurício Rands (PT-PE), e os

apelos emocionais da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) para a importância da honestidade fizeram Duda mudar de postura.

– Fui ridicularizado. Não vou me emocionar e não vou responder – limitou-se a dizer.

Duda chegou a conversar com seus advogados para receber “autorização” e responder a questionamentos como o nome de seus filhos e de sua mulher, mas a postura de não colaborar foi mantida. Ele afirmou que “a intenção é colaborar, mas no momento certo”.

O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), disse lamentar a insistência do depoente em manter-se calado.

– Prefiro o Duda Mendonça da verdade, não o do silêncio – afirmou.

Na segunda parte do depoimento, a portas fechadas, o publicitário manteve a estratégia de não responder aos questionamentos. Por orientação da Justiça norte-americana, que forneceu à

comissão dados sigilosos sobre a movimentação bancária de Duda no exterior, só participaram da sessão o presidente do colegiado, Delcídio Amaral (PT-MS), o relator, Osmar Serraglio, e os relatores-adjuntos, Maurício Rands e Eduardo Paes (PSDB-RJ).

Para Delcídio, a estratégia adotada pelo publicitário “abriu um precedente muito perigoso”.

– As consequências do que se passou aqui hoje serão sentidas em outras CPIs e nas demais atividades parlamentares – disse.

O senador destacou um trecho da liminar do STF que, observou, dá margem a uma interpretação por demais subjetiva. O texto diz que, “com relação aos fatos que não impliquem em auto-incriminação, persiste a obrigação do depoente de prestar informações”.

Na opinião de Serraglio, Duda Mendonça fez uso indevido da liminar concedida pelo STF.

– Vou analisar a possibilidade de ele ser indiciado por isso – reconsiderou o relator.

Parlamentares condenam silêncio do publicitário

Os integrantes da CPI dos Correios protestaram contra a postura do publicitário Duda Mendonça, que se recusou a responder às perguntas dos parlamentares. Alguns chegaram a tentar persuadir o depoente, sob a alegação de que as questões que ele deveria responder precisavam ser, ao menos, registradas. O deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), por exemplo, enumerou uma extensa lista de perguntas. Diante do silêncio, ele apontou o que chamou de “falência do sistema de depoimentos”.

– Não queremos ser a Santa Inquisição, mas isso é lamentável.

A verdade é que o cinismo e a mentira foram as marcas dessa investigação – afirmou.

A deputada Juíza Denise Frossard (PPS-RJ) e o senador Jefferson Péres (PDT-AM) desistiram de inquirir Duda.

– Para que continuar com esse espetáculo deprimente? – indagou a deputada.

Alvaro Dias (PSDB-PR), por sua vez, viu vantagens na estratégia adotada pelo publicitário.

– O relator está atento ao silêncio do depoente. Há concordância nas questões não respondidas – ponderou.

Para Alvaro Dias, comissão viveu “um dia melancólico”

Em discurso, Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o silêncio de Duda Mendonça e disse lamentar a postura do publicitário perante a CPI dos Correios. Na avaliação do senador, a comissão passou por “um dia melancólico”.

Protegido por *habeas corpus* concedido pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), Duda Mendonça repetiu incansavelmente o bordão “não vou responder” após cada questionamento a ele dirigido. Para Alvaro, o publicitário extrapolou os limites da proteção outorgada pelo STF ao se recusar a responder a qualquer tipo de pergunta, mes-



Segundo Alvaro, Duda extrapolou os limites da proteção outorgada pelo STF

mo aquelas que não configurariam auto-incriminação.

– Cabe à CPI tomar o silêncio como concordância diante das graves acusações – opinou.

Em apertes, Tasso Jereissati (PSDB-CE), Romeu Tuma (PFL-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Amir Lando (PMDB-RO) apoiaram Alvaro Dias.

Episódio afeta o Congresso, diz Heloísa Helena

Heloísa Helena (PSOL-AL) manifestou indignação com o silêncio do publicitário Duda Mendonça no depoimento prestado ontem na CPI dos Correios. Para a senadora, que é integrante da comissão, o fato reflete negativamente no Congresso, uma vez que a opinião pública já manifesta ceticismo com a classe política depois de presenciar tantos episódios de impunidade.

– O *habeas corpus* acabou por legitimar a impunidade já conhecida pela população. Mas o pior é o silêncio com um sorriso nos lábios, com a certeza de que, por trás de uma fortuna de milhões de



Heloísa Helena avalia que a liminar concedida a Duda legitima a impunidade

dólares no exterior e uma banca de advogados caros, nada acontecerá – protestou Heloísa Helena, observando que, se fosse uma pessoa pobre, Duda Mendonça não estaria livre da Justiça.

A parlamentar observou que, caso haja o entendimento de que a comissão não está sendo respeitada pela decisão judicial, o silêncio poderá implicar a prisão do depoente.

César Borges: com liminares, Judiciário favorece Lula

César Borges (PFL-BA) criticou a concessão de *habeas corpus*, pelo Supremo Tribunal Federal, a pessoas investigadas pelas comissões parlamentares de inquérito do Congresso. Para ele, ao conceder liminares aos depoentes, o Judiciário favorece o governo federal e o presidente Lula, e prejudica o Congresso e os políticos em geral.

O senador criticou, em especial, o depoimento do publicitário Duda Mendonça na CPI dos Correios, amparado por um *habeas corpus*.

– Ele, que era até agora o que mais tinha falado, tendo feito



Na opinião de César Borges, a concessão de *habeas corpus* prejudica o Congresso

muitas revelações no seu primeiro depoimento em 2005, tornou-se o que menos falou – reclamou o senador, dizendo que a direção da CPI deveria ter tomado providências com relação a esse fato.

Ao comentar a afirmação de Duda de que teria sofrido campanha de difamação desde seu primeiro depoimento, César Borges disse que, se isso ocorreu, não foi com a colaboração da oposição.

Simon critica movimento contra prévias no PMDB

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou os parlamentares do PMDB que estariam manobrando contra o lançamento de candidatura própria do partido à Presidência da República. O senador disse que alguns de seus correligionários estariam trabalhando “nos bastidores” para adiar as prévias, marcadas para este domingo, nas quais delegados do PMDB escolherão entre Anthony Garotinho e Germano Rigotto o candidato do partido nas eleições de outubro.



Simon: pessoas “que não têm identidade com o partido” comandam o PMDB

Simon leu na íntegra, da tribuna, nota divulgada pelos dois pré-candidatos em defesa das prévias e da candidatura própria.

Na avaliação do senador, o PMDB está sendo comandado por pessoas “que não têm identidade com o partido”.

Mão Santa insiste na candidatura própria do partido

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a defender, em Plenário, a apresentação de candidato próprio nas eleições presidenciais deste ano pelo seu partido. Ele reiterou suas críticas ao presidente da República, afirmando que Luiz Inácio Lula da Silva pretende “estuprar o PMDB”.

– Lula quer levar o PMDB na marra para apoiar o candidato do PT, contrariando o meu partido – declarou o parlamentar.

Mão Santa também criticou



Segundo Mão Santa, “Lula quer levar o PMDB na marra para apoiar o PT”

as tentativas que estariam sendo feitas de postergar as prévias em que o PMDB escolherá seu candidato – previstas para o próximo domingo.

– Vamos à luta, apoiando o presidente do partido, Michel Temer – afirmou o senador.

ACM afirma que Alckmin é o melhor para o país

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) manifestou apoio à candidatura do governador Geraldo Alckmin, de São Paulo, à Presidência da República pelo PSDB. Antonio Carlos afirmou considerar Alckmin a melhor solução para o país e disse que, em sua opinião, o PFL deveria apoiar a candidatura do governador, assim como a de José Serra, prefeito de São Paulo, ao governo do estado, caso essa candidatura se concretize.



Para ACM, Lula inaugura apenas “pedras fundamentais e prédios virtuais”

Antonio Carlos voltou a criticar o presidente Lula em razão das viagens e inaugurações que ele tem feito. Para o senador, o presidente tem inaugurado apenas “pedras fundamentais, prédios virtuais e universidades já criadas”.

Ideli aponta evolução positiva do governo

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), manifestou satisfação com os resultados da pesquisa encomendada ao instituto Ibope pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que aponta uma recuperação nas intenções de voto no presidente Lula para as eleições de outubro.

Ideli disse ainda que os bra-

sileiros estão mais otimistas também com relação à queda da inflação, à queda do desemprego e ao aumento da renda geral dos trabalhadores e da renda individual.

– Com relação a como a população está vendo o governo Lula, a aprovação pulou de 45% para 55%, e a desaprovação caiu de 49% para 39%.

“O Exército agiu porque quis”, afirma o líder do PSDB, ao defender uma política nacional de segurança e condenar a operação motivada pelo roubo de dez armas

Ação do Exército no Rio não foi autorizada por Lula, diz Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), considerou ontem “estapafúrdia e inconstitucional” a ação do Exército na cidade do Rio de Janeiro para recuperar armas roubadas.

– O Exército não teve autorização do presidente da República para agir. O Exército agiu porque quis – disse.

Arthur Virgílio citou matéria do jornal *Folha de S. Paulo* de ontem, segundo a qual o Exército teria recuperado as armas após fazer acordo com traficantes de drogas da facção criminosa conhecida como Comando Vermelho. Relatou que ele e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conversaram com o secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Itagiba, e este negou que a informação publicada pelo jornal seja verdadeira.

Virgílio disse ainda que a ação do Exército teria sido apropriada



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Arthur Virgílio considera a intervenção “estapafúrdia e inconstitucional”

no contexto de uma política nacional de segurança pública, “a qual até poderia resultar, nesse caso, na presença maciça dos militares por algum tempo, talvez até em uma situação de estado de emergência”.

– Defendo uma política nacional de segurança pública, e não uma ação motivada pelo roubo de cerca de dez armas – ressaltou.

O líder do PSDB criticou ainda as recentes invasões de terras realizadas pelo Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

União

Arthur Virgílio também conclamou os partidos da oposição a se unirem em torno da candidatura de Geraldo Alckmin a presidente da República, como estratégia para derrotar o que chamou de “ordem corrupta”, em referência ao governo Lula.

O parlamentar citou especificamente o PFL, o PDT, o PPS e o PV. Depois de elogiar o gesto do prefeito de São Paulo, José Serra, que desistiu de se candidatar em nome da unidade partidária, Virgílio disse que o PSDB deve “mergulhar em suas águas internas”, como forma de buscar as forças. Arthur Virgílio defendeu o tempo levado pelo partido para a escolha entre Alckmin e Serra. O que os adversários chamaram de demora o senador chamou de “processo democrático de escolha entre dois grandes candidatos”.

Malta pede apoio federal para combater vandalismo no ES

O senador Magno Malta (PL-ES) fez apelo ao governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, para que solicite a presença da Força de Segurança Nacional a fim de conter a onda de vandalismo no estado. Segundo informou, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, já colocou essa tropa à disposição para combater incêndios de ônibus, praticados, inclusive, com a presença do motorista e do cobrador no veículo.

– Governador, não espere para chamar a Força de Segurança Nacional para que, amanhã, não o culpem de se preocupar em fechar a casa depois de ela ter sido arrombada. Se mais um ônibus for queimado, a sociedade vai perguntar por que essa força não foi chamada, se estava à disposição – advertiu.

Magno Malta defendeu a rediscussão do conceito de segurança nacional e do papel das Forças



Magno Malta sugere a rediscussão do conceito de segurança nacional

Armadas. Em relação à operação do Exército no Rio de Janeiro, considerou que, pelo menos por dez dias, o crime na cidade arrefeceu e bandidos foram colocados contra a parede.

Paim apóia MP que trata de assistência à saúde do servidor

O senador Paulo Paim (PT-RS) se pronunciou ontem a favor da Medida Provisória (MP) que regulamenta a assistência à saúde dos servidores públicos. Ele ressaltou que a MP 272/05 permite ao servidor escolher a forma de assistência à saúde que melhor atenda a seus interesses.

Ao defender a liberdade de



Paim defende a liberdade de escolha dos servidores, prevista na MP

escolha do trabalhador, Paim frisou que a MP prevê várias hipóteses de prestação de assistência à saúde do funcionalismo público, seja pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por convênio,

contrato, ou na forma de auxílio saúde.

Paim também manifestou seu apoio à MP 284, que trata da dedução no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) da contribuição previdenciária de empregados domésticos. Ele solicitou aos senadores que aprove os projetos de Lei do Senado 177/03, que tem, basicamente, o mesmo conteúdo da MP 284, e 253/05, que estimula a inserção do trabalhador de baixa renda e sem renda própria no Regime Geral da Previdência.



Pecuaristas do setor leiteiro estão endividados, observa Aelton Freitas

Aelton alerta para a gravidade da crise na pecuária leiteira

Aelton Freitas (PL-MG) afirmou ontem que milhares de pequenos e médios trabalhadores rurais estão enfrentando condições “pouco satisfatórias” para a comercialização do leite. Remunerados a preços “ridículos”, esses pecuaristas estão endividados e não conseguem mais arcar com os pesados custos para continuar na atividade.

Segundo o senador, a crise na pecuária leiteira é nacional e exige a adoção imediata de políticas mais pontuais, como o incentivo ao aumento do consumo do leite e à organização dos pequenos e médios produtores em cooperativas e a abertura de mercados para o produto no exterior.



PFL quer suspensão de campanha publicitária da empresa, diz José Jorge

José Jorge aponta contratos irregulares da Petrobras

José Jorge (PFL-PE) anunciou ontem que seu partido deverá pedir, na Justiça, que a Petrobras suspenda a veiculação da campanha publicitária sobre a auto-suficiência do Brasil em produção de petróleo. O senador justificou dizendo que o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou irregularidades nos contratos da estatal com três agências de publicidade, entre as quais a de Duda Mendonça, marqueteiro da campanha eleitoral do presidente Lula. Segundo José Jorge, o aumento dos valores contratuais originais, que, legalmente, poderia ser de até 25%, teria chegado a 90,4%, no caso da agência de Duda.

Lida ontem no Plenário, medida provisória – uma das sete a obstruir os trabalhos – modifica as faixas de tributação do imposto para micro e pequenas empresas

MP que eleva alíquota do Simples é mais uma a trancar a pauta

Subiu para sete o número de medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta de votações do Plenário do Senado. Foi lida na sessão de ontem a MP 275/05, que eleva os valores dos faturamentos das micro e pequenas empresas para ter direito aos impostos reduzidos do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

A MP modifica as faixas de tributação do Simples, numa adaptação ao aumento dos valores de faturamento fixado pela chamada MP do Bem (Lei 1.1196/05), aprovada no ano passado, que elevou o valor de enquadramento das micro de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil anuais, e de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões para as pequenas empresas. A MP 275 fez mudança importante no caso das pequenas empresas: elevou de 8,6% para 12,6% a taxa única de impostos federais para os maiores faturamentos.

Por causa disso, a MP enfrentou dificuldades na Câmara, pois os deputados de oposição argumentavam que o governo estava

“dando com uma mão e tirando com a outra”, na expressão do deputado Milton Barbosa (PSC-BA), relator da matéria na Casa. No final, houve entendimento de que as possíveis novas mudanças nas alíquotas do Simples serão feitas no projeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, em tramitação na Câmara.

Antes de examinar a MP do Simples, o Plenário do Senado terá de votar outras seis medidas provisórias – quatro delas com alterações feitas pelos deputados. O líder do PFL, senador José Agripino (RN), afirmou que as oposições não vão impedir suas votações e que as medidas provisórias devem ser examinadas na próxima semana.

A primeira da pauta é um projeto de conversão da MP 269/05, que abre vagas nas agências reguladoras para concurso público, cria cargos nas carreiras de ciência e tecnologia e de diplomata, além de prorrogar contratos temporários nas agências e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A segunda da fila é a MP 270/05, que abre crédito extraor-

dinário de R\$ 825,9 milhões aos ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, à Presidência da República, ao Senado, à Câmara e para transferências aos estados e municípios. Outro crédito extraordinário é aberto com a MP 273/05, transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/06, beneficiando o Ministério dos Transportes e o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais a idosos e portadores de deficiência, via INSS.

Também trancam a pauta do Plenário do Senado a MP 271/05, que repassa R\$ 900 milhões aos estados como ressarcimento pela isenção de impostos nas exportações (Lei Kandir), e o PLV 3/06, oriundo da MP 272/05. Essa medida provisória trata de reajuste para as carreiras do INSS. A sexta MP é a 274/05, que foi modificada e se transformou no PLV 5/06. Ela atualiza o Plano Nacional de Viação.

Hoje, subirá para oito o número de medidas provisórias que trancam a pauta. Será lida a MP 276/06, que abre crédito extraordinário para o Ministério dos Transportes no valor de R\$ 350 milhões.

Tourinho divulga crítica sobre projeto de Lei do Gás

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) leu ontem, em Plenário, documento divulgado pelo Fórum Nacional dos Secretários de Estado para Assuntos de Energia, o qual alega que o Executivo atenta contra a Constituição no seu projeto de Lei do Gás, enviado recentemente à Câmara. Conforme o documento, a proposta do governo interfere na autonomia dos estados para regular o setor, como estabelece a Constituição.

Os secretários de energia manifestam ainda sua perplexidade com o governo federal, que, depois de prometer discutir com os estados uma lei para o gás natural, enviou o projeto ao Congresso sem nem sequer ouvir o Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE).

Tourinho é autor de matéria com a mesma finalidade, apresentada em julho de 2005, que recebeu apoio dos governos dos estados e até de entidades empresariais



Documento lido por Tourinho alega que projeto do governo é inconstitucional

ligadas ao setor. Ele ressaltou que a proposição do governo contém uma linha oposta à sua quanto ao fim do monopólio da Petrobras sobre o gás natural. O documento do fórum de secretários reafirma o apoio ao projeto de Tourinho, ex-ministro de Minas e Energia.

O parlamentar leu em Plenário trechos de entrevista concedida ao jornal *Gazeta Mercantil* pelo professor Adriano Pires, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O especialista prevê que

o gás ocupará em quatro anos a segunda posição no *ranking* das principais fontes energéticas, atrás apenas do petróleo, após ultrapassar até mesmo o álcool.

Em aparte, Tourinho foi apoiado pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). Jefferson Péres ponderou que o monopólio da comercialização de gás canalizado cabe aos estados e tachou de abuso a tentativa do Executivo de legislar sobre o assunto.

Raupp criticou o Ibama pelas dificuldades na concessão da licença ambiental para construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, que levará o gás que substituirá o óleo diesel na termoeletrica que abastece de energia a capital de Rondônia. Já Arthur Virgílio prometeu obstruir a votação do Orçamento se o governo não aumentar as verbas para construção do gasoduto Coari-Manaus, no Amazonas.



Produtores de frango têm perdas com redução nas exportações, alerta Ideli

Ideli: produtores amargam prejuízo com gripe aviária

Embora ainda não haja registro de contaminação de animais pela gripe aviária no país, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), alerta para os prejuízos já amargados pelos produtores de frango, especialmente de Santa Catarina, com a redução nas exportações do produto. Só em fevereiro passado, segundo informou, o Brasil deixou de exportar 50 mil toneladas de frango, uma queda de 8% nas vendas externas do alimento.

– A situação é grave e delicada – avaliou Ideli.

A senadora expôs ainda algumas medidas adotadas pelo governo para enfrentar uma possível contaminação e ajudar o setor a recuperar as perdas econômicas.



Principal rodovia do estado, a BR-364 está intransitável, salienta Raupp

Raupp pede envio urgente de recursos para rodovias de RO

Valdir Raupp (PMDB-RO) solicitou ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) o envio urgente de recursos para a recuperação de rodovias federais em Rondônia. Segundo o senador, a principal rodovia do estado, a BR-364, que sai de Mato Grosso, corta Rondônia, o Acre e atinge a fronteira com o Peru, está intransitável devido às chuvas, o que causa grandes prejuízos à economia local.

O parlamentar lembrou que o estado de Rondônia não foi incluído na operação tapa-buracos, o que poderia ser revisto agora pelo Ministério dos Transportes.

Osmar defende PEC que aumenta repasse de impostos

O senador Osmar Dias (PDT-PR) anunciou ontem a realização, de 25 a 27 de abril, da 9ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O parlamentar pediu ao Plenário que aprove a proposta de emenda à Constituição (PEC 41/05) de sua autoria que destina 10% de todas as contribuições – Cide, CSLL, PIS/Cofins, CPMF – aos municípios e outros 10% aos estados.

O parlamentar lembrou que a matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por ampla maioria e ressaltou que a medida destinará R\$ 15 bilhões para os municípios brasileiros.

– Os municípios do meu estado, que recebem R\$ 1,8 bilhão do Fundo de Participação dos Municípios, passariam a receber R\$ 3 bilhões, quase o dobro do que recebem hoje – destacou.

Osmar criticou as alterações feitas pelo Congresso no regime tributário brasileiro, frisando que todas elas beneficiam a União, que detém hoje 63% do bolo da arrecadação total de impostos no país.

Comissão de Justiça aprova aumento nos fundos de participação e na transferência de impostos de importação

Mais recursos para estados e municípios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem duas propostas de emenda à Constituição que visam aumentar a arrecadação tributária dos estados e municípios. A primeira permite aumento nos fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM) e a segunda visa atenuar os efeitos das medidas governamentais que desoneram os tributos sobre os produtos exportados.

Pela PEC 50/05, aprovada na forma de substitutivo de Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) à proposta cujo primeiro signatário é o senador Osmar Dias (PDT-PR), o FPE e o FPM passarão a receber 10% da arrecadação do produto das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico. O objetivo da proposta, que altera o artigo 159 da Constituição, é, segundo Osmar, descentralizar as receitas tributárias na esfera federal.

O relator excluiu da proposta inicial a destinação de parte



Osmar Dias (D), ao lado de Tião Viana e ACM, assina proposta que aumenta FPE e FPM

dos recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), por considerar que esse imposto já está adequadamente distribuído a diversas instituições públicas. Para ele, o projeto resgata o espírito da Constituição federal de 1988.

Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou voto em separado contrário à matéria. Para ela, esse tipo de modificação constitucional deve ser feito com cuidado para não prejudicar estados e municípios.

Edison Lobão (PFL-MA) e José Maranhão (PMDB-PB) seguiram o relator. Já Sibá Machado (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) votaram com Ideli.

Importação

A CCJ aprovou ainda parecer de Arthur Virgílio (PSDB-AM) à proposta, cujo primeiro signatário é o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que determina a transferência aos estados, ao DF e aos municípios de parte do produto da arrecadação do Imposto

de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais no exterior (PEC 58/05).

Pela matéria, 30% dos impostos serão transferidos para os estados e o DF, dependendo do saldo anual de suas balanças comerciais no exterior, limitada a participação de cada unidade federada a 10% do saldo que produzir. A PEC determina ainda que os novos tributos sejam aplicados em infra-estrutura econômica destinada, preferencialmente, ao fomento das exportações.

Na justificativa, Flexa Ribeiro explica que o objetivo é evitar perda de receita tributária dos estados, que estão sendo penalizados com uma medida adotada pelo governo justamente para estimular as exportações: a desoneração de tributos sobre os produtos vendidos ao exterior.

Para Arthur Virgílio, nada mais coerente do que premiar os que contribuem para o esforço de exportação.

Mozarildo elogia decisão que corrige "tremenda injustiça"



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou a aprovação, pela Comissão de Justiça (CCJ), do projeto que autoriza o Executivo a

enquadrar os servidores dos ex-territórios federais nos órgãos da administração pública federal.

O projeto beneficia os servidores dos ex-territórios de Roraima, Amapá, Acre e Rondônia. Na interpretação de Mozarildo, a proposta “corrige tremendas injustiças que sofrem os servidores públicos dos territórios que foram transformados em estados”.

O senador defendeu um entendimento para que a proposta possa ser aprovada na Câmara. Ele lamentou que o governo alegue que, por serem 20 mil servidores beneficiados, as despesas chegam a R\$ 300 milhões.

– Aprovamos mais de 30 mil cargos de confiança para o governo, que representam muito mais que R\$ 300 milhões – concluiu.



Para José Sarney, autor da matéria, medida coloca em prática princípio constitucional da isonomia

União pode absorver servidor de ex-território

Em decisão terminativa, a Comissão de Justiça (CCJ) aprovou projeto de José Sarney (PMDB-AP) que autoriza o enquadramento de servidores dos ex-territórios federais das áreas de saúde, educação, meio ambiente e fiscalização, hoje à disposição dos governos estaduais, nos órgãos da administração federal.

Segundo Sarney, o PLS 130/05 coloca em prática o princípio constitucional da isonomia.

– Os servidores públicos dos ex-territórios têm ficado à margem dos planos de carreira – enfatizou.

A correção dessa injustiça foi defendida pelo relator da matéria, Edison Lobão (PFL-MA), e pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Augusto Botelho (PDT-RR). Ideli Salvatti (PT-SC), apesar de favorável à matéria, solicitou parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

Projeto impede negociação de terras da reforma agrária

Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pelos projetos de reforma agrária poderão passar a receber somente títulos de concessão de uso das terras que ocupam, e não mais de domínio, documentos que podiam ser negociáveis após dez anos. Essa alteração está prevista na proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A PEC 59/03, do senador Sibá Machado (PT-AC), segue agora para o Plenário do Senado e passará a figurar no artigo 189 da Carta, se for aprovada em dois turnos de votação.

Na justificativa à proposta, Sibá alega que vários beneficiários da reforma agrária vendem seus lotes assim que recebem seus títulos de domínio, para poderem voltar a pleitear lote em outro assentamento.

– Não raro a destinação de terras pela reforma agrária tem os seus objetivos frustrados, retornando as parcelas ao antigo proprietário desapropriado, que após receber indenizações milionárias, recompra a terra dos assentamentos por um preço vil – afirmou Sibá.

O relator da matéria, senador Pedro Simon (PMDB-RS), lembrou, em seu parecer, que faltam fiscais para acompanhar a implementação das condições pactuadas nos títulos de domínio.

– Também não existem, em número suficiente, equipamentos e veículos para o monitoramento dos processos subsequentes ao da titulação de domínio – explicou Simon.



Com os novos órgãos, segundo Valadares, será possível anular multas de trânsito indevidas

CCJ aprova juizados da Fazenda Pública

Os brasileiros poderão passar a contar com juizados especiais da Fazenda Pública, a exemplo dos já conhecidos juizados especiais cíveis e criminais e dos juizados especiais federais. O substitutivo de João Batista Motta (PSDB-ES) ao projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) foi aprovado ontem, em turno suplementar, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

A partir da criação dos tribunais especiais da Fazenda Pública, será possível impugnar, segundo Valadares, lançamentos fiscais, como o Imposto Predial e Territorial Urbano, e anular multas de trânsito indevidamente aplicadas.

A CCJ também aprovou requerimentos de Alvaro Dias (PSDB-PR) e Jefferson Péres (PDT-AM) solicitando informações à Caixa Econômica Federal.



Suplicy lança obra sobre renda básica de cidadania na Bienal do Livro de São Paulo

Suplicy acredita que bienal do livro terá público recorde

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a participação popular na Bienal do Livro de São Paulo. Segundo ele, o público deve chegar a 600 mil pessoas até o encerramento do evento, no próximo domingo, o que será um recorde da bienal.

Ele registrou que promoveu na feira o lançamento do seu livro *Renda básica de cidadania – A resposta dada pelo vento*, no estande da LP&M, editora que o publicou.

Suplicy leu em Plenário trecho da obra, no qual destaca conversas que teve com os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, sobre as metas do programa Bolsa-Família e a conversão dessa iniciativa na proposta de distribuição de renda que vem defendendo por mais de dez anos no Congresso Nacional.

Amir Lando quer liberação da Copa para parabólicas

Amir Lando (PMDB-RO) protestou contra a cláusula do contrato da TV Globo com a Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) pelos direitos de transmissão da Copa do Mundo de Futebol de 2006 que obriga a emissora a codificar seu sinal de satélite com as imagens dos jogos. Por causa dessa cláusula, os 14 milhões de telespectadores que vêem TV aberta via antena parabólica poderão ficar sem assistir ao mundial da Alemanha.

Na Copa de 2002, um decreto obrigou a liberação do sinal. Lando argumentou que a codificação do sinal fere os direitos e as garantias individuais e a livre comunicação.

– Como dizia Nelson Rodrigues, a seleção é a pátria de chuteiras. Não podemos privar brasileiros de participar desse momento de comunhão – afirmou o senador.

Ao participar de debate sobre a criação do fundo, o presidente da Confederação Nacional de Municípios disse temer que municípios disputem verbas federais

Fundeb pode transformar-se em nova Lei Kandir, alerta Ziulkoski

O presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, alertou ontem para a possibilidade de se repetir, na área da educação, a indefinição de recursos federais que hoje afeta os estados exportadores. Para ele, da mesma forma que os estados precisam lutar todos os anos para obter verbas federais que compensem isenções tributárias a suas exportações determinadas pela Lei Kandir, os municípios poderiam ser obrigados a disputar esses recursos teoricamente destinados ao futuro Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

– De onde virá o dinheiro da União para o Fundeb? Se isso não for estabelecido, poderemos ter uma nova Lei Kandir – adver-

tiu Ziulkoski, durante audiência pública conjunta sobre a proposta de criação do Fundeb, realizada pela Comissão de Educação (CE) e pela Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Paulo Ziulkoski pediu ao Senado que analise com cautela a proposta de estabelecimento do Fundeb e defendeu a divisão do fundo em três partes, destinadas à educação infantil, à educação fundamental e ao ensino médio. Caso se mantenha a tese de fundo único, previu, poderá ocorrer drenagem de recursos do ensino fundamental tanto para a educação infantil quanto para o ensino médio. O mesmo risco foi apontado pelo presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo, João Guerino

Balestrassi.

Ao atuar como expositor durante a audiência, o ex-ministro da Educação e senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que ninguém deveria ser contra a criação do Fundeb. Ele observou, porém, que a iniciativa poderia vir acompanhada de um programa de metas para a educação. Entre essas metas, ele citou algumas já traçadas no início do atual governo, como a matrícula garantida a todas as crianças de quatro anos e a oferta de ensino fundamental em horário integral.

As notas taquigráficas da audiência serão encaminhadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que deverá votar nos próximos dias a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundeb.



Cristovam (E), ao lado de Garibaldi, Gerson Camata e Ziulkoski, afirma que Fundeb deveria ter programa de metas para a educação

Polêmica sobre a distribuição de recursos do fundo

A definição do coeficiente de recursos destinados à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio poderá ser um dos pontos mais polêmicos da discussão do projeto de regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). A previsão foi feita pelo relator da proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que institui o fundo, senador José Jorge (PFL-PE).

– Será preciso garantir que o ensino fundamental receba, em cada estado, pelo menos o que já vem recebendo atualmente por conta do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e

de Valorização do Magistério] – enfatizou José Jorge durante audiência pública que discutiu a proposta que cria o Fundeb.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que tinha, em relação ao Fundeb, a mesma preocupação demonstrada, durante a audiência, pelo presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, sobre a necessidade de definição dos recursos federais que serão destinados ao novo fundo.

– Aqui, mais uma vez, a tese é a de que o dinheiro deve ficar na União e o prefeito e o governador terão de vir a Brasília pedir esmola. Não voto para criar uma nova lei Kandir – disse Simon.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) advertiu que ape-

nas R\$ 500 milhões teriam sido destinados ao Fundeb, no projeto final do Orçamento da União para 2006. E o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apontou a necessidade de se buscar maior segurança de recursos para o ensino fundamental, caso venha a ser mantida a tese de apenas um fundo para a educação básica – e não três, um para cada etapa de ensino.

Por sua vez, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) pediu a imediata aprovação pelo Senado da proposta de emenda à Constituição que cria o Fundeb. A seu ver, a discussão de temas como a distribuição de recursos dentro da educação básica poderá ocorrer durante a tramitação do projeto de regulamentação do Fundeb.



Ana Júlia faz balanço das ações do governo Lula na área da educação

Ana Júlia: governo aborda educação de forma global

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) fez um balanço das ações do governo Lula na área da educação. Na comparação com outros governos, o maior diferencial da gestão Lula, na sua opinião, é abordar a questão da educação de forma global, em vez de focar apenas em um segmento.

– Não faz sentido negligenciar a educação superior, ou o acesso das minorias à educação em função da priorização do ensino fundamental. A educação tem que ser abordada de maneira integral – afirmou.

Ela comentou as diversas iniciativas educacionais do atual governo e salientou que a democratização e universalização do acesso à educação passam pela expansão das universidades federais e pela meta de criação de quase 67 mil novas vagas em cursos técnicos de nível médio e superior em tecnologia até 2007.

Quintanilha ressalta Dia Internacional do Consumidor

Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) comemorou ontem o Dia Internacional do Consumidor. Após fazer uma retrospectiva do surgimento de vários documentos tratando dos direitos dos consumidores ao longo da história, ele fez um balanço dos trabalhos da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), no ano de 2005.

O senador, atual presidente da CMA, lembrou que, dos 227 projetos analisados pela comissão, vários beneficiaram os consumidores. Entre os aprovados, ele citou o PLS 192/05, do senador Paulo Paim (PT-RS), que obriga a impressão dos contratos de adesão em letras grandes; e o PLS 31/05, do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que proíbe as empresas de veicularem propaganda enquanto o consumidor aguarda atendimento por telefone.